

TRIBUTANDO
com a **JOY**

GUIA

DAS LEGISLAÇÕES

ISSQN

Constituição Federal/1988 – Art. 156

Lei Complementar 116/2003

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei Complementar 157/2016

Atualizações de alguns serviços (nomenclaturas), inclusão dos streamings, vedação de carga tributária inferior a 2%

Lei Complementar 175/2020

Alterações com relação ao local de incidência de alguns serviços: plano de saúde, administradoras de cartão, arrendamento, etc.

Decretos/Regulamentações Municipais

Estabelecem a aplicabilidade do que está disposto na Lei Complementar 116/2003, por exemplo: alíquota.

ICMS

Constituição Federal/1988 – Art. 155

Lei Complementar 87/1996

(Lei Kandir): Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências

Sempre acessar pelo site do Planalto para visualizar a legislação com todas as alterações

Lei Complementar 24/1975:

Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.

Lei Complementar 160/2017

Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

Art. 1º Mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar no 24, de 7 de janeiro de 1975, os Estados e o Distrito Federal poderão deliberar sobre...

ICMS

Resolução 22/1989 do Senado Federal

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.

7% e 12% nas operações interestaduais

Resolução 13/2012 do Senado Federal

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior

4% nas operações com produtos importados

ICMS

Lei Complementar 190/2022

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para regulamentar a cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto.

Convênio ICMS 236/2021

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.

Convênio ICMS 142/2018

Dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.

DIFAL

ICMS-ST

ICMS

Convênio S/N 1970

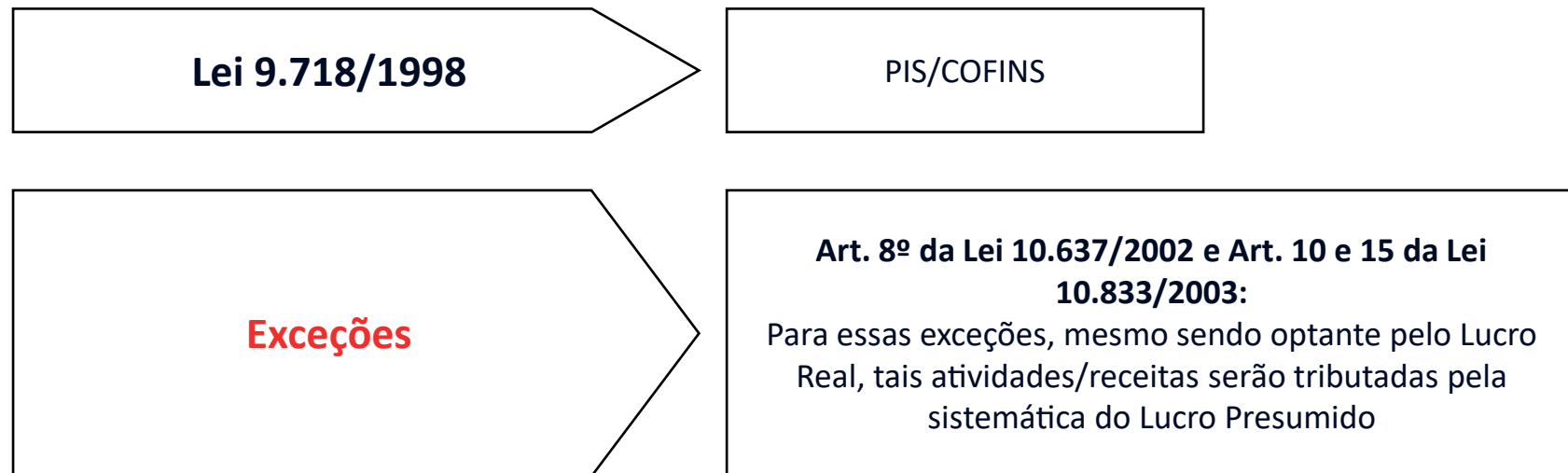
Acordam em criar o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais, incorporando às suas respectivas legislações tributárias para uniformizar as tratativas em território nacional.

- ✓ Inscrição Estadual
- ✓ CNAE
- ✓ CFOP
- ✓ CST
- ✓ Documentos Fiscais
- ✓ Livros Fiscais

Regulamento do ICMS do Estado

SEFAZ - Portarias e Decisões de cada Estado

PIS/COFINS - Cumulativo



PIS/COFINS – Não Cumulativo

Lei 10.637/2002:

Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o PIS/Pasep, nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências

✓ PIS

Lei 10.833/2003:

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, COFINS, contribuições sociais retidas na fonte.

✓ COFINS
✓ CSRF

Instrução Normativa 2.121/2022

Regulamenta a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da COFINS

✓ Fato gerador
✓ Contribuinte
✓ Créditos
✓ Responsáveis
✓ Isenções e não incidência
✓ Suspensão
✓ Alíquotas diferenciadas

PIS/COFINS – Não Cumulativo

Decreto 8.426/2015

Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

✓ **Receitas Financeiras**

INSUMOS

Essencial e Relevante

STJ (RE 1.221.170/PR)

Imprescindibilidade ou a importância de determinado item – bem ou serviço – para o desenvolvimento da **atividade econômica** desempenhada pelo contribuinte.

RFB (PARECER NORMATIVO COSIT/RFB Nº 5/2018)

Essencialidade ou da relevância do bem ou serviço **para a produção** de bens destinados à venda ou para a prestação de serviços pela pessoa jurídica.

PIS/COFINS

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DO PIS E COFINS (DÉBITOS)

- ✓ RE 574706 Tema de Rep. Geral 69 - Relatora ministra Cármen Lucia (Ata de Julgamento 13 de 13/05/2021) – STF
- ✓ Parecer SEI PGFN 7.698/2021
 - Item 11 – ICMS Destacado a partir de 15/03/2017
 - Item 13 – Ajustado para todos os contribuintes
 - Item 15 – Reaver na seara administrativa (PERDCOMP), retificações da EFD Contribuições e DCTF
- ✓ Orientação prática na EFD Contribuições Pág. 23 a 28 do Guia

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DO PIS E COFINS (CRÉDITOS)

- ✓ MP 1.159/2023 convertida em Lei 14.592/2023 alterando as Leis 10.833/2003 e 10.637/2002

Constituição Federal/1988 – Art. 153

Código Tributário Nacional

A Lei 5.172/1966 que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios

CAPÍTULO IV, SEÇÃO I dos Arts. 46 a 51 legisla sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados.

Lei 4.502/1964:

Dispõe Sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, trazendo as regras de incidência, isenções, classificação dos produtos, cálculo do imposto, entre outros.

Produtos de procedência estrangeira, desembaraço aduaneiro, estabelecimento produtor, isenções, classificação dos produtos, cálculo, etc.

Regulamento do IPI - Decreto 7.212/2010

Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados, esse decreto é um dos mais importantes quando o assunto é IPI.

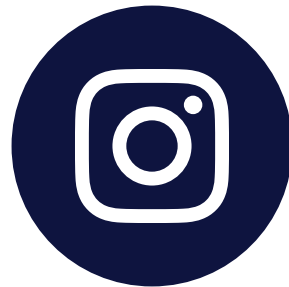
TIPI - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados

✓ Decreto 11.158/2022

Conheça nossas redes:



youtube.com/tributandocomajoy



[@tributandocomajoy](https://www.instagram.com/tributandocomajoy)



[joyce-rocha](https://www.linkedin.com/in/joyce-rocha)

<https://www.tributandocomajoy.com.br/>